

Trova

de um vento que passou

Entre 1964 e 1974, dezenas de grupos maoistas constituíram-se como alternativa à via ortodoxa da oposição ao regime representada pelo Partido Comunista Português. Desiludidos com as posições do partido de Cunhal em relação à guerra colonial e à Primavera de Praga, animados pelo espírito libertário do Maio de 68 e pela euforia das infiltrações junto do operariado e do campesinato, muitos portugueses (alguns dos quais hoje em posições de destaque em Portugal e até na Europa, como Durão Barroso) foram maoistas. “Margem de Certa Maneira - O Maoísmo em Portugal 1964-1974”, de Miguel Cardina, faz finalmente o inventário desses anos. **João Bonifácio**



DANIEL ROCHA

Clandestinidade, prisão, em alguns casos tortura. Agitação estudantil, infiltração no campesinato e no operariado, mudança radical de vida. Produção constante de textos teóricos. Incitamento à deserção e apoio às lutas na América Latina e às guerras da independência em África. Rejeição da “realpolitik” da União Soviética e um fascínio inabalável pela Revolução Cultural chinesa. É este o retrato da mais fervilhante década de maoísmo em Portugal, traçado pelo investigador Miguel Cardina na tese de doutoramento que lhe valeu, em Dezembro do ano passado, o prémio

O maoísmo é o passado de algumas das mais importantes figuras políticas do país, de Durão Barroso a Garcia Pereira, passando por José Pacheco Pereira (foto) e João Carlos Espada

Victor de Sá, que distingue trabalhos de investigação na área da História Contemporânea Portuguesa. Uma tese que acaba de passar a livro, com a edição de “Margem de Certa Maneira, O Maoísmo Em Portugal, 1964 a 1974” pela Tinta-da-China.

A existência de grupos maoistas em Portugal não é propriamente um segredo, como o comprova o conhecido passado de algumas das mais importantes figuras políticas do país (e já agora da Europa), de Durão Barroso a Garcia Pereira, passando por José Pacheco Pereira e João Carlos Espada (o Ípsilon tentou falar com ambos, mas não responderam aos nossos telefonemas), ministros como Nuno Crato e investigadores como Fernando Rosas. O próprio Pacheco Pereira já havia escrito sobre a época, em “O um dividiu-se em dois”, obra que enquadra os “movimentos pró-chineses e albaneses nos países ocidentais e em Portugal (1960-1965)”. Ainda assim, “Margem de Certa Maneira” é pioneiro: nunca antes tinha sido tão sistematicamente estudada a profusão destes agrupamentos. É também um retrato da ebulição que se vivia em Portugal na década de 1960, e da necessidade de mudança que se apossou dos jovens, levando-os à clandestinidade e, em muitos casos, a mudanças de identidade.

Se, numa primeira fase, o maoísmo português se reduzia a apenas duas organizações de ex-comunistas, num segundo tempo, influenciado pelo Maio de 68 e pela Revolução Cultural, captou cada vez mais estudantes e gente que nunca tinha estado filiada no Partido Comunista Português (PCP), assistindo-se então a uma explosão de agrupamentos. Olhando para o mapa incluído no livro, são literalmente às dezenas.

Adeus, PCP

Quem olhar para o maoísmo português de forma descontextualizada poderá achar quase caricaturais tanto a proliferação destes grupos como a sua vertigem teórica, em muitos casos compensando uma aparente escassez de acção prática. Mas uma leitura mais atenta revela uma sociedade em profunda inquietação, ansiosa pela mudança e disposta a arriscar o seu bem-estar pelo bem de todos. Como sublinha Cardina ao Ípsilon, em muitos casos de militância maoista “havia uma grande generosidade”.

Até 1964, o PCP “não tinha concorrentes à esquerda, desde há muitos anos”, diz-nos João Bernardo, hoje radicado em Belo Horizonte, onde foi professor de Economia Política. Bernardo, que também militou no PCP, é um dos mais antigos ex-elementos vivos do primeiro partido maoista português, o Comité Marxista-Leninista Português (CMLP). A sua história é exemplar. Em 1964 foi recrutado para o PCP, “fazem-

O livro retrata a ebulição que se vivia em Portugal na década de 1960, a necessidade de mudança que se apossou dos jovens, levando-os à clandestinidade e a mudanças de identidade



A tese de doutoramento valeu a Miguel Cardina o prémio Victor de Sá, que distingue trabalhos de investigação na área da História Contemporânea Portuguesa. É agora um livro

do parte de uma célula com Saldanha Sanches e Luís Salgado de Matos”. Em 1965 foi expulso de todas as faculdades; rouba então um dos volumes do processo no Tribunal da Relação, após o que é preso. Na cadeia, um elemento da Frente de Acção Popular (FAP, a frente do CMLP) dá-lhe um recado “de segurança interna” para transmitir a outros elementos da FAP. Quando o seu controlador do PCP sabe disto, deixa-o “sem contactos durante meses”, o que o leva a sair do partido. Funda um outro grupo, o CPR (Comité de Propaganda Revolucionária), e edita textos de Guevara. Em 1968 exila-se em Paris e juntou-se ao CMLP. Mais tarde cria o Comité Revolução Comunista (Marxista-Leninista), ou CRC (m-l), que conseguiu uma greve na Carris, em 1973.



A concorrência ao PCP veio de dentro, mais propriamente de Francisco Martins Rodrigues, um operário “que tinha lido muito”, afirma Miguel Cardina. Martins Rodrigues escreve um manifesto que será lido por gerações vindouras, “Luta Pacífica e Luta Armada no Nosso Movimento”. Aí defende que “a acção armada como forma de luta [...] tenderá a tornar-se cada vez mais determinante”. Martins Rodrigues, explica Cardina, “não queria pegar em armas”; “queria criar as condições para pegar em armas”. Não era caso único, fora do PCP: “O Movimento de Acção revolucionária, onde está Vasco Pulido Valente, as pessoas em Argel, todos acham que é preciso o recurso às armas. A análise da FAP e do CMLP é partilhada por vários grupos que acham que o regime está prestes a cair e é preciso empurrá-lo”.

1961 e 1962 tinham sido anos difíceis para o regime. Em Janeiro de 1961, o grupo de Henrique Galvão assalta o transatlântico Santa Maria. No mês seguinte, começa a Guerra Colonial. No final do ano, os portugueses perdem Goa para a União Indiana. 1962 tem um acordar violento, com o assalto ao quartel de Beja. Durante a primavera há greves nas universidades e começa “a luta dos assalariados agrícolas pela jornada de trabalho de oito horas”. Por esta altura, o PCP tinha indubitável força. O 1º de Maio desse ano conta com mais de 100 mil pessoas nas ruas. Contudo, o partido recusava o uso de armas ao ponto de ter “sancionado os membros que participaram” no assalto ao quartel de Beja. Para o PCP, a participação nas urnas era a via para quebrar o regime. Daí que, diz Fernando Rosas, a farsa eleitoral das legislativas de 1969 (em que a União Nacional elegeu todos os →

← 120 deputados) tenha criado a “conjuntura reactiva” que esteve na origem do Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado (MRPP).

Mas as desavenças de Martins Rodrigues datavam do início do conflito sino-soviético. Em 1958, explica Cardina, “a União Soviética havia entrado naquilo a que se chama a ‘Coexistência Pacífica’. A China assumiu-se como terceiro pólo, à esquerda da União Soviética e dos EUA. Considerava que os outros coexistiam com o imperialismo”. A meio da década de 1960, com as guerras na América Latina e em África, a China colocou-se “ao lado dos países do terceiro mundo que estavam à procura da independência”. Este processo “teve implicação nos partidos comunistas europeus, mas também na Austrália, no Peru, etc”.

Não eram querelas ideológicas menores. Martins Rodrigues temia pela vida, ao ponto de, numa viagem a Moscovo ao serviço do partido, ter decorado a paragem do metro mais próxima da embaixada da China, não fosse necessário procurar exílio. Chegou a visitar a China e a Albânia e sempre procurou ter apoio da primeira: contactou as respectivas embaixadas em Paris e na Suíça, bem como na Albânia, mas segundo Cardina o máximo que conseguiu foi “chazinho e umas brochuras”.

Traição e tortura

Como “o PCP vivia na clandestinidade, a discussão não era aberta”, insiste Cardina. Essa mesma clandestinidade será uma marca dos partidos de extrema-esquerda, cujos membros geralmente não tinham documentos e usavam pseudónimos (por vezes vários, um para cada movimento, para que a PIDE não percebesse quem pertencia a cada agrupamento político). Como é que pessoas que viviam na clandestinidade e com a sombra da censura podiam estar a par da situação sino-soviética? Segundo Cardina, “circulavam brochuras em francês, material que chegava ao movimento estudantil”. O historiador Fernando Rosas conta que as pessoas de esquerda iam “a Paris comprar literatura”: “Paris era uma grande plataforma logística para o maoísmo europeu. Estavam lá as publicações, os cartazes, os panfletos, os jornais”. João Bernardo acrescenta, a rir-se, que o seu pai “era uma pessoa de direita que assinava o ‘Le Monde’ semanal. Quem soubesse francês tinha todo o acesso a informação”.

A própria saída de Martins Rodrigues do partido foi secreta. “O PCP não queria assumir que a ruptura tinha motivos políticos”, diz Cardina, “pelo que a justificaram com o roubo de uma máquina de escrever”. Além dele, os elementos mais importantes

Para João Bernardo, do primeiro partido maoísta português, o Comité Marxista-Leninista Português, é uma forma de luta que “perdeu sentido. Nenhuma destas organizações se adaptou à discussão em democracia”



da FAP eram o estudante Rui D’Espiney (descendente de uma família ligada à oposição, mas não oriunda do meio operário como Martins Rodrigues) e o médico João Pulido Valente. Depois da frente (a FAP), é criada a CMLP (a base). No total, a FAP teria 30 pessoas e o CMLP umas 15. É uma das características destes grupos: eram sempre poucas pessoas. Diz Rosas: “Depois do 25 de Abril, quando se junta finalmente o núcleo duro do MRPP, fiquei surpreendido ao verificar que éramos apenas 13”.

Esta divisão de cada partido em vários grupos - que marcará igualmente os partidos maoistas da segunda fase - decorre, explica Miguel Cardina, “da típica organização do PC internacional: havia uma organização para as mulheres, uma para os camponeses, uma para os operários, uma para os que ainda não eram comunistas mas viriam a ser, etc”. A fragmentação tinha razões de ser: “Havia pessoas que não queriam ter uma intervenção política directa, mas que podiam ser activistas anti-colonialismo, ou contra a repressão”.

A história da FAP é curta e trágica. Segundo Miguel Cardina, a FAP “rejeitava ser mais uma frente comum anti-salazarista que agrupasse trabalhadores e burguesia republicana”. Nisso apontava o dedo ao PCP: o partido de Cunhal, acreditavam, tinha criado uma aliança estratégica com os burgueses. A crítica estendia-se aos apoiantes de Humberto Delgado. Cria um órgão de comunicação, o “Revolução Popular”, inicialmente feito em Paris (posteriormente conseguem trazer um prelo, desmontado, de França), e os GAP (Grupos de Acção Violenta), para levar a cabo formas de luta armada. Chegam a lançar cocktails molotov contra a esquadra do Matadouro e a escola da PIDE, em Lisboa, em protesto contra a farsa eleitoral de Novembro de 1965.

O início do desmantelamento da FAP está ligado a um informador da PIDE, Mário Mateus, que se havia infiltrado no grupo. Graças a ele, a PIDE consegue prender Pulido Valente e uma dezena de outros militantes. Desconfiados, Martins Rodrigues e outros militantes levam Mateus para a mata de Belas e confrontam-no com os factos. Após muitas contradições, admite a delação e é executado.

Na sequência da fuga de informação, vários elementos da FAP são presos pela PIDE e condenados a penas de prisão entre os 14 e os 20 anos, depois de torturas violentas. Muitos membros dos partidos de extrema-esquerda da época foram presos, vários foram torturados. Entre eles, Veiga de Oliveira, Acácio Barata Lima, J. A. Silva Marques, Carlos Coutinho, José Lamago, Pedro Baptista e Aurora Rodrigues, gente que relata episódios de alucinações devido à violência da tortura. A FAP desmantela-se em 1965/66, ficando o CMLP sem as cabeças, no exílio. Mas, indiretamente, deixa reflexos nos movimentos estudantis. João Bernardo confirma que o famoso texto de Martins Rodrigues ainda era lido.

Da universidade à fábrica

Entretanto, uma segunda geração de grupos maoistas começa a incubar entre 1965 a 1968, período que compreende a Primavera de Praga, a invasão da Checoslováquia pela URSS, o endurimento das lutas coloniais, a Revolução Cultural e o Maio de 68. João Bernardo diz que “muito antes de 68 já havia Maio: as guerras da América Latina, as guerras de independência em África, os movimentos civis nos →

Não havia outra coisa a fazer



PEDRO CUNHA

HÉLDER COSTA

foi preso com 20 anos, libertado e mais tarde denunciado. Viveu clandestino antes de ser obrigado a dar o salto sem bagagem, mas com um passaporte falso. Moviam-no o fim da guerra colonial e a defesa da luta armada - exactamente o mesmo que o opunha ao PCP. Ana Dias Cordeiro

Hélder Costa fez do teatro a sua forma de vida, também porque teatro é acção política e educação. No dia em que a censura o proibiu de encenar Gil Vicente, o dramaturgo, encenador e director do grupo A Barraca passou para uma militância a sério. O sonho era entrar na luta, fazer a revolução. Moviam-no a oposição à guerra colonial, a ajuda aos desertores, poder passar-lhes passaportes falsos. “Era uma coisa arriscada mas bonita. E útil.”

A militância “a sério” significava ser mais activo “nas coisas mais difíceis”. Numa palavra: arriscar, mesmo que para isso fosse preciso passar para a clandestinidade antes de dar o salto. Foi o que aconteceu. Durante tempos, andou vigilante, media cada passo que dava. Havia, como nos filmes de “gangsters”, um “tipo” que lhe dava garantias. Hélder telefonava-lhe todos os dias às sete da tarde. O “tipo” deixava tocar, depois levantava o auscultador e pousava-o no descanso. “Era o sinal de que tudo estava bem.” Um dia o telefone tocou, tocou e, do outro lado, uma voz: “Quem fala?”. Hélder fingiu procurar uma senhora Josefina, encenou um possível engano no número. Mas logo pressentiu que aquele que até ali o ajudara tinha sido preso e que quem o ouvia sabia quem ele era. “Estava arrumado.” Estar na luta significava contar sempre com uma denúncia. Mas agora o caso era mais sério. Se fosse preso não seria como em 1962, quando fora levado, com 20 anos, para a Companhia Disciplinar de Penamacor, acusado de agitador, depois de uma denúncia de um ex-PC que tinha passado para a PIDE. Saiu de casa, andou país fora, escondido. Deixou crescer bigodes, jogou cartas num casino, mudou

de nome, viveu assim uns dois ou três meses. Mais do que isso era impossível. “Não tínhamos estrutura para fazer uma organização clandestina.” Arquitectou então a saída, que hoje recorda como “gloriosa”: a nado pelo Guadiana. Alguém lhe entregaria a mala em Badajoz mas, perante um imprevisto, seguiu de comboio para Paris sem a mala e quase nenhum dinheiro, mas com um passaporte falso, com carimbo de saída de Portugal e entrada em Espanha.

Em Paris, foi porteiro de um hotel, tentou a construção civil e vários outros trabalhos. Frequentou um curso de teatro teórico na Sorbonne, criou um grupo amador junto da comunidade imigrante portuguesa. Juntou camponeses e operários, mulheres-a-dias, analfabetos, e pô-los a escrever a partir de ideias que jorravam lá onde chegavam notícias de Portugal. E foi aí, garante, que verdadeiramente aprendeu teatro.

Regressou sete anos depois, “com o milagre” de 1974. Entrou “pelo Norte”. “Nunca se diz por onde.” Nunca se fala das coisas que a PIDE nunca chegou a saber. E quando fala das outras, é sem sofrimento. “Era uma alegria misturada com a agitação, um prazer extraordinário. Ninguém vai para uma luta para sofrer. Vai pela alegria de ajudar um camarada e de enganar estes malandros. Não havia outra coisa a fazer.”

As circunstâncias tinham-lhe apurado a consciência das injustiças.

Em Grândola, onde cresceu, viu amigos adolescentes serem presos pela PIDE. Era um miúdo de nove ou dez anos, mas aquilo afligia-o. Também foi interrogado pelo chefe dos Correios. Percebeu então a ligação à PIDE, a sua omnipresença. Esteve prestes a entrar no PCP. Mas quando contestou a ida para o Ultramar e um funcionário a justificou em nome de uma guerra “mais humana”, recuou. Não se deu a nenhum partido até criar, depois do Maio de 68, o seu próprio

movimento, “O Comunista”, que mais tarde se juntou a um grupo do Norte para formar a OCMLP. Antes estivera no Comité Marxista-Leninista Português, criado em oposição ao PCP. A linha de separação era, além da guerra, a luta armada que os maoistas, como

ele, diziam ser necessária. O plano era entrar em Portugal em 1975 com as armas dos desertores. Mas o 25 de Abril antecipou-se.

Nele como noutros, a aproximação ao maoísmo confundia-se com o deslumbramento pelo que a China representava. Primeiro com a influência na revolução cubana “que prova o sucesso da luta armada”, depois com a intervenção no Vietname, símbolo de declínio do imperialismo americano. E com o apoio militar “a sério” que a China dava aos movimentos de libertação de Angola, Moçambique e Guiné. Parecia “evidente” que o maoísmo “era a linha justa para acabar com isto”.

Deixou crescer bigodes, jogou cartas num casino, mudou de nome. E planeou a saída, a nado, pelo Guadiana

Éramos idólatras da China

JOAQUIM PINTO DA SILVA

é o único livreiro português em Bruxelas e funcionário da Comissão Europeia, instituição que nunca imaginou ver liderada por outro ex-maoísta, Durão Barroso. Na sua vida anterior, participou num assalto a um supermercado, viu o 25 de Abril “com uma pistola no bolso” e foi trolha porque “tinha de passar por isso”. Chegou a acreditar que a democracia haveria de chegar por via da luta armada, hoje restringe a sua militância política a uma única causa: a regionalização. **Natália Faria**

A mãe era modista, o pai contabilista e “um homem com medo”, como tantos outros naquele Portugal obediente às “Conversas em família” de Marcelo Caetano. Às avessas da sua família da pequena burguesia da Foz, Joaquim Pinto da Silva, hoje com 59 anos, fez-se maoísta na adolescência. Espalhou panfletos na calada da noite, pintou inúmeros “Abaixo a Guerra Colonial” e “Viva a Greve” paredes do Porto. Participou num assalto a um supermercado, sempre munido de pistolas e “very lights”, não fosse a PIDE apanhá-lo, e acabou por ser forçado à clandestinidade um mês antes do 25 de Abril.

Em “flashback”, mostra-se orgulhoso do passado maoísta, mas não disfarça a sua desilusão com a política e faz gala em assumir-se “orgulhosamente anti-PC”. “Passa a vida a lutar por melhores condições de vida, mas eu para ter seres bem alimentados dentro de uma jaula não contribuo. Não sustento jardins zoológicos”. Recorda um episódio com Saramago, num jantar em casa do embaixador português em Bruxelas. “Ele vira-se para o físico Manuel Paiva e diz-lhe ‘O professor queira desculpar, mas enquanto houver fome no mundo acho que não devia haver essas investigações espaciais’. Ora, isso é exactamente o contrário do que penso: não se pode impedir um ser humano de andar para a frente, em nome de uma mítica solidariedade. Em coerência, o que Saramago devia fazer era deixar de

escrever e pôr-se a plantar batatas para alimentar os pobrezinhos”.

Hoje, Joaquim é proprietário da mítica Orfeu - a única livraria portuguesa e galega em Bruxelas. Não por acaso, a sua aproximação aos ideais de esquerda começou pelos livros. “O meu pai dirigia a biblioteca de uma cooperativa e era lá que algumas dezenas de jovens se juntavam e discutiam a Guerra do Vietname, Bertrand Russell...”. Entre leituras de Alves Redol e Soeiro Pereira Gomes, surge o convite para integrar o Comité Marxista-Leninista Português - Grito do Povo. “Fui dos primeiros a serem cooptados e fui uma peça de ligação ao mundo operário. O meu controleiro era o José Manuel Penafort Campos. Antes de ser recrutado, perguntaram-me: ‘Se tivesses uma arma, o que é que fazias?’ Respondi-lhes que esperaria o momento”. Daí em diante, lia Che Guevara e conspirava; ouvia Jorge Lima Barreto e conspirava. “Já estávamos no marcelismo, portanto já se escrevia que era preciso a democracia. Íamos puxando essa carroça, sabendo que a PIDE estava atrasada e desorganizada, como tudo em Portugal”. Seguiram-se anos de actividade clandestina. “A nossa base era um bocado guerrilheira e éramos idólatras da China. Estávamos todos no fim da adolescência e a guerra colonial dava-nos uma consciência política fortíssima”. Bastante para arriscar episódios como o assalto ao Supermercado Vilar, nas vésperas de um 10 de Junho. “A ideia era encher as

sacas com compras. Ao meu sinal, o meu primo gritava ‘Abaixo a Guerra Colonial’ e saíamos todos sem pagar. Ele engasgou-se a dizer a frase, aquilo acabou por acontecer muito depressa e as pessoas não aceitavam as sacas, desviavam-se com medo”.

Com Penafort preso e Pedro Baptista, também do CMLP, remetido para Angola com algemas, a organização ameaçava desagregar-se. Corria já 1974 quando Joaquim presente a PIDE a farejá-lo. “A minha mãe estava avisada para pôr uma toalha vermelha na janela se lá fossem à minha procura. Acabei por esconder-me numa casa de gente da organização, perto das Antas”. Dali é recambiado para a Graça, em Lisboa, onde o 25 de Abril o apanha. “De manhã saí e fui até ao Carmo ver aquilo tudo, sempre com uma pistola no bolso”.

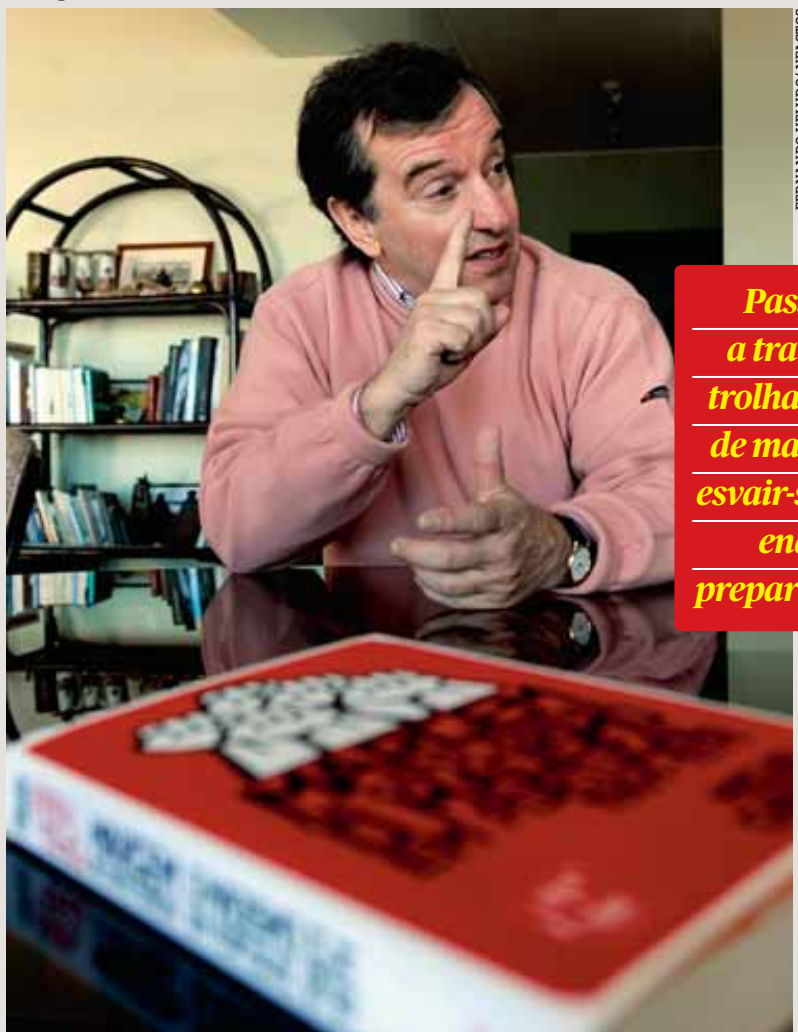
Feita a revolução, recebe via verde para abandonar a sua condição de refractário e o CMLP vê-se sem objectivos. Em sintonia com o que defendera, passa um ano a trabalhar como trolha. Era ele a sair de manhã e a mãe a esvair-se em lágrimas enquanto lhe preparava a marmita. “Custava-lhe muito ver-me trolha. Mas eu tinha de passar por isso”. Ainda se segue uma candidatura às Constituintes de 1975 com a Frente Eleitoral dos Comunistas (marxistas-leninistas) - FEC (m-l). “Foi um desvario. Não negociámos com ninguém e foi uma asneira termos ido às urnas com outro nome”.

No ano seguinte, nova desagregação. A CMLP passa a OCMPL. Alguns transitam para a UDP, outros optam pelo PCP(R). Por essa altura, já Joaquim Pinto da Silva procurava remediar as falhas na formação académica. Estuda francês e italiano, faz-se funcionário

na Soares da Costa, depois na EDP e, enquanto investe na licenciatura em Línguas e Literaturas Modernas, candidata-se a um emprego na Comissão Europeia, em Bruxelas. Longe, muito longe de imaginar que haveria de trabalhar num órgão liderado por outro maoísta,

Durão Barroso, ex-MRPP.

Actualmente, aceita uma única bandeira: a da regionalização. Por ela aceitou militar no movimento Partido do Norte. Só por ela admite voltar às refregas eleitorais. “Se me pergunta agora se sou maoísta, claro que não sou. Nem comunista porque, como a maioria dos outros, concluí com as experiências do Leste, da União Soviética, da China e da Coreia do Norte que não basta um sistema que dê de comer às pessoas”.



FERNANDO VEILUDO/INFACCTOS

Passou um ano a trabalhar como trolha. Era ele a sair de manhã e a mãe a esvair-se em lágrimas enquanto lhe preparava a marmita

← EUA, tudo isso dava força ao lado chinês”. Também Fernando Rosas cita aqueles acontecimentos para justificar a sua mudança ideológica. Abandona formalmente o PCP em 1968: “Não aceitei as explicações do partido para a invasão da Checoslováquia”.

É nesta segunda fase que se assiste a uma explosão de partidos maoístas. O MRPP é fundado em 1970 por Fernando Rosas e Arnaldo de Matos. Muito ligado à Revolução Cultural Chinesa e muito activo na luta anti-colonialista, conseguiu alguma implantação em Vila Franca de Xira devido a um membro do partido, que aí fora professor. Também chegou ao Beato e a Marvila. Por sua vez, o Partido Comunista Português (Marxista-Leninista), ou PCP (m-l), de Heduíno Gomes, ex-líder do CMLP, nasce em 1970 no exílio. É sobretudo na emigração que se mostra activo, mas também nos liceus, graças à corrente estudantil UEC m-l, que tinha uma derivação no Porto a que pertencia Pacheco Pereira. A Organização Comunista Marxista-Leninista Portuguesa (OCMLP) é fundada a partir de dois jornais, “O Grito do Povo” (Porto) e “O Comunista” (Paris). Estava presente no movimento estudantil no Porto e em Coimbra, através dos Núcleos Sindicais, era activo junto dos desertores, e tinha implantação junto de camponeses e operários da Covilhã, Setúbal, Porto, Coimbra.

Esta segunda vaga maoísta, que se constitui entre 1969 e 1971, “já não é feita de gente do PC”, explica Cardina. “Nasce fora. E isto tanto em Portugal como no resto do mundo. O exemplo disso é o MRPP. O Rosas tinha passado pelo PCP, mas o Arnaldo de Matos, mais velho e com conhecimento das obras do Mao, não”.

Os partidos continuavam a ramificar-se imenso. Segundo Cardina, “o PCP (m-l), em França, tinha um grupo de teatro, um jornal, entre outras instâncias. Depois há um militante que funda um clube de futebol, por aí fora”. Mas o principal poder de atracção destes grupos junto da juventude estava na “defesa da deserção”. “O PCP defendia que se fosse para a guerra e se tentasse fazer oposição no centro da batalha, o que era muito complicado”.

Segundo Rosas, há outra razão, mais



DANIEL ROCHA

“Havia uma culpabilização por não se ser da classe operária. Éramos criticados e tínhamos de fazer a auto-crítica. Chegava aos casos mais íntimos”

Irene Pimental, historiadora

estrutural, para a juventude estar atenta. “Apesar de o regime em teoria não aceitar a massificação do ensino - até à reforma de Veiga Simão -, a realidade já estava a mudar. Nasceu uma classe média, por causa da necessidade de quadros à conta da industrialização. A melhoria financeira dos anos 60 levou a que as famílias pusessem os filhos a estudar: as universidades estavam a abarrotar. E a juventude estava atenta - e começou a abandonar o regime. O corpo de alunos era ávido de mudança e novidade”.

Outra característica comum a estes grupos era um tremendo trabalho de exegese: interpretava-se a literatura fundamental, discutia-se o que era certo e errado. E todos os partidos reclamam ser “o” verdadeiro partido comunista. “É o mito palingénico”, explica Rosas: “Nunca houve nada, vamos começar de novo. Era uma anulação do que estava para trás”. Procuravam “a génese nos textos de Marx, Lenine, Mao”. “Era um debate intenso, em que se construía uma dogmática”. “O lado ideológico da questão era muito forte”, continua Irene Pimentel, que entrou na política em Paris, em “O Comunista”, com 19 anos. Já em Portugal, integrou a OCMLP. “Perdíamos horas a discutir a nossa pureza ideológica. Era até ao pormenor”.

Todos estes grupos tinham órgão de comunicação em que debitavam produção teórica - que era, segundo Rosas, “uma grande busca de identidade inerente à procura de pureza”. Cardina realça que “o esforço de se definirem a si próprios era necessário para não se confundirem uns com os outros”.

Mas se os partidos eram clandestinos, como é que alguém podia juntar-se? Situação típica: um estudante adere a uma greve e é abordado por alguém que, tratando-o por camarada, o convida a juntar-se a um partido. Para Irene Pimentel, o processo de adesão a um partido era vagamente aleatório: “Para escolher o posicionamento era o mero acaso. Havia uma quantidade infundável de grupos. Lembro-me de tentar recrutar um primo; só que ele também me vinha recrutar para outro grupo”. Ainda →

“A melhoria financeira dos anos 60 levou a que as famílias pusessem os filhos a estudar: as universidades estavam a abarrotar. E a juventude estava atenta - e começou a abandonar o regime” *Fernando Rosas, historiador*



A tecedeira que tinha lido Zola



PAULO RUCCA

Salvo a sua falta de jeito para lavar roupa, a estante, nada a distinguia das outras tecedeiras

MANUELA JUNCAL

O trajecto que levou a filha de uma família burguesa do Porto aos teares do Vale do Ave: a implantação. Luís Miguel Queirós

Aos 22 anos, em 1972, Manuela, vulgo Nelinha, é aprendiz de tecedeira numa fábrica do Vale do Ave, na freguesia de Brito. Recebe 7\$50 por dia. O marido, fiandeiro, ganha um pouco mais, por ser homem e por trabalhar de noite. Moram numa casa sem electricidade, água canalizada ou saneamento. O WC, no exterior, é uma tábua com um buraco. Ao jantar, Nelinha usa o fogão de dois bicos para cozinhar batatas, ovos, atum. Como o marido dorme de dia, almoça com as colegas, geralmente sopa e peixe frito.

Na vizinhança operária haverá quem viva melhor, mas também quem viva pior. Se descontarmos a sua altura invulgar (1,73m), e pequenas excentricidades, como a notória falta de jeito para lavar roupa no tanque, nada parece distingui-la das outras tecedeiras. Talvez o facto de ainda não ter filhos - o primeiro já nascerá no Portugal democrático. Maria, sua vizinha, é mais nova e já pariu quatro.

Mas há outras diferenças. Uma delas é a circunstância de possuir uma estante. Tapou-a com um pano, como se quisesse esconder alguma coisa. E quer. Na verdade, salvo o nome próprio, Manuela, há pouca coisa nesta “rapariga do povo” que seja o que parece. Desde logo, o seu apelido não é Gonçalves, como consta da cédula que mostrou na fábrica, mas sim Juncal. E se as amigas operárias tivessem ouvido falar de Zola, achariam estranho saber que a “sua” Nelinha já o lera aos 12 anos. Ou que já desfilara numa “passerelle”. Ou que estivera um ano nos EUA. Ou que o pai era advogado e ela vivera numa casa com duas criadas, o que explica a sua incompetência como lavadeira.

O trajecto que levou esta filha de uma família burguesa do Porto aos teares do Vale do Ave não foi um

caso isolado no Portugal da época. Era a “implantação”.

Juncal fez o liceu no Carolina Michaelis e aos 13 anos já integra a Pró-associação. Em 1966 vai para os EUA frequentar o 12º ano. Apanha “o pico dos ‘black riots’ e da contestação à guerra do Vietname”. Não veio impressionada com o “american way of life”, mas vê um mundo “com eleições e mais de 20 canais de TV”, e onde as famílias deixavam as adolescentes sair à noite

De novo em Portugal, parecia destinada a ir parar ao PCP. Pelos finais de 1967, chega a ser sondada. Quer entrar, mas o contacto demora. E depois já será tarde. “Vou para Belas Artes no ano de 1968-69, um ano de turbulência com laivos de surrealismo, espécie de pré-crise académica de 1969 em Coimbra misturada com o Maio de ‘68”. E quando se torna claro que, em França, o PCF tentara boicotar a festa, as suas reservas agravam-se. Mas o golpe final foi a invasão da Checoslováquia. “Quem não estava comprometido com o PCP não podia deixar de se distanciar”.

Adere aos Comités de Base, onde se reuniam os estudantes de esquerda que não se reviam no PC. Foram os “melhores anos” da sua vida. Porque tinha a idade certa, porque se sentia sintonizada com o seu tempo, e porque o maoísmo, na sua versão portuguesa temperada pelo Maio de 68, era ainda compatível com alguma euforia libertária.

Em 1971, é recrutada para fundar os CREC (Comités Revolucionários de Estudantes Comunistas), as células estudantis de “O Grito do Povo”, organização que no ano seguinte passaria a chamar-se OCMLP. Já o namorado, e depois marido, Tito Agra Amorim, tinha sido expulso da universidade de Coimbra na crise académica de 1969 e fora para Paris, onde se juntara ao grupo O

Comunista, que se transformou num núcleo da OCMLP no exterior.

A partir daqui, os acontecimentos sucedem-se. Há uma prisão na organização, Juncal sabe que outro militante deixara subitamente a casa onde vivia, e ela própria recebe uma convocatória da PIDE. Pondera passar à clandestinidade. Na mesma altura, Tito Amorim regressa a Portugal, na condição de refractário à tropa, com o objectivo de “ir para a implantação”. O líder da organização, Pedro Baptista, decide que irão ambos, como casal, trabalhar para o Vale do Ave. Amorim vai à frente e arranja casa e trabalho para os dois. Juncal chega em Fevereiro de 1972 e só voltará ao Porto já depois do 25 de Abril, em Julho de 1974, quando “uma hepatite grave” a deixa prostrada e o namorado se mete num carro e a vai deixar a casa dos pais.

Inspirada pela Revolução Cultural chinesa, a “implantação” de estudantes de origem burguesa em meios operários ocorreu em vários países e foi, em Portugal, marca distintiva da OCMLP. Era algo que rompia “com o conceito de clandestino do PCP: alguém que está numa casa, com uma companheira que faz a cobertura, ambos pagos pelo partido e desinertados da comunidade local”.

Manuela Juncal esteve na “implantação” por “convicção profunda”, fez lá amizades genuínas, e garante que não guarda ressentimentos. “Passei uns maus bocados, mas passei outros péssimos noutras alturas da minha vida”. Foram dois anos e meio da sua juventude, o que pode não parecer muito na vida de uma mulher que já é avó. Mas ninguém adivinhava, em 1972, que o fascismo ia cair, e é preciso ter isso em conta. Para Nelinha, a aprendiz de tecedeira, “aquilo era para sempre”.

Maoista acidental

**AURORA
RODRIGUES**

queria que os portugueses soubessem que era possível acabar com a guerra colonial e queria lutar por isso. Foi para o MRPP porque o combate tinha que ser radical e sem conciliações.

Francisca Gorção Henriques

Há anos que Aurora Rodrigues está de luto, pela “morte dos sonhos”: “Não faria sentido mantermos a mesma visão do mundo, que é capaz de ser um pouco romântica e utópica. Mas as utopias fazem sentido”.

Estamos num táxi a caminho da Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa, onde a luta política activa de Aurora Rodrigues começou, há mais de 40 anos. No banco de trás fala-se de um país em que uma conversa assim não seria possível. Então porquê o luto? “Deixámos de ser capazes de alimentar a utopia. E o problema não está nos outros, está em nós”. Faria “todo o sentido” recuperar essa luta, mas a mesma mulher que resistiu à violência da PIDE – 16 dias seguidos em tortura do sono – não se sente com “força anímica”. “Foi muito tempo de desencanto”. A ditadura já tinha caído quando voltou a ser presa (“Estava outra vez contra a corrente”), em Maio de 1975, pelas mesmas razões (pertencer ao MRPP) e no mesmo sítio (Caxias). Poucas ilusões resistem a isto.

Hoje, quase a fazer 60 anos, a magistrada do Ministério Público resume a situação assim: “É muito melhor do que antes, mas não é justo”. Exemplificando: “O ensino democratizou-se, mas as oportunidades não são iguais para todos. E posso falar, mas não sei se as pessoas ouvem”.

Chega-se à Cidade Universitária e do outro lado do relvado está a Reitoria, onde tantas vezes desafiou o regime. “Guerra do povo à guerra colonial”, escreveu ali no muro com um colega, aproveitando o tempo que o carro da polícia demorava a descer a alameda, e correndo contra o tempo para que, quando voltasse para cima, a frase estivesse terminada. “A pintura ficou feita, num lugar absolutamente exposto”. A Faculdade de Direito era “um espaço de opressão, mas também de liberdade”. O Maio de 68 já tinha provocado as suas convulsões. “Vinha com vontade de mudar coisas”. Manifestações, denúncias da guerra colonial, distribuição de panfletos, pinturas de murais, isso faria diferença.

Não foi parar ao MRPP por se identificar com a sua ideologia (“não sei o que é o maoísmo hoje e duvido que exista”). “Quando cheguei à faculdade [vinda de Beja], não tinha grande informação sobre movimentos ou partidos”, nota, ainda que já estivesse “absolutamente esclarecida sobre a questão da guerra” e achasse fundamental dizer às pessoas que era possível acabar com ela.

PEDRO CUNHA



Nesse campo, os maoistas eram mais afirmativos.

Aurora leu o Livro Vermelho, de Mao Tsetung, mas nunca fez dele a sua bíblia. “Nem sei se alguma vez fui maoista. Não fazia isto por causa da ideologia do Mao... Tinha um sentido prático: para o regime cair, tínhamos de o fazer cair.”

Decidiu ir para o MRPP no mesmo dia em que foi assassinado José António Ribeiro Santos, a 12 de Outubro de 1972, num “meeting contra a repressão”. O tiro do PIDE contra o estudante foi o tiro de partida para Aurora. “Passei a identificar-me como marxista-leninista-maoista”, que era “um contraponto à esquerda tradicional e conservadora”.

Não foi o MRPP que a recrutou, foi ela que se recrutou para o MRPP. Ia à faculdade fazer trabalho de propaganda, organizar denúncias. Trabalhava num restaurante e fazia fichas de diplomas – ironia – no Ministério do Ultramar. Com esse dinheiro comprava as resmas de papel para os comunicados. E quando havia comunicados para fazer levavam-na de olhos vendados para o aparelho técnico, nos anexos de uma vivenda perto do Trajouce (arredores de Lisboa). À noite, pintava palavras de ordem em muros pela cidade. Nunca pôs a hipótese de resistência armada, “mas não tinha nada contra, naquelas circunstâncias”.

A formação de quadros era rigorosa. “Tínhamos tarefas para cumprir, horários rígidos. Não podíamos deixar uma pessoa à espera”. A prisão era uma possibilidade, mas não se podia

Trabalhava num restaurante e - ironia - no Ministério do Ultramar. Com esse dinheiro comprava as resmas de papel para os comunicados

perder muito tempo a pensar nisso. “Pensar era uma forma de alimentar o medo”. Fazia-se o que havia para fazer.

Até que um dia, em 1973, a PIDE veio mesmo ter com ela, depois de um encontro de estudantes. Esteve mais de dois meses detida, a maior parte

em isolamento. “A tortura foi num crescendo de violência, sobretudo contra a esquerda que eles não conheciam. Já conheciam o PCP, mas não compreendiam a esquerda radical, esta forma de lhes fazer frente sem conciliar”. Para além da privação do sono, foi submetida à tortura de estátua, a espancamentos e à simulação de asfixia por afogamento, num lavatório. O objectivo era quebrar. Não quebrou. Não deu nomes. Não perdeu a vontade de lutar. Mas não em nome do partido. “Foi pelas pessoas e por mim. Foi uma afirmação do espírito rebelde que sempre tive”. Depois disso, nasceu uma “maior determinação”. Nenhum recuo: “Quem passou por uma coisa dessas fica diferente. Fica mais forte”.

Aurora Rodrigues só esperou que o partido deixasse de ser “sistematicamente caricaturado” para o deixar, em 1977. Nunca mais voltou. Nem para o MRPP, nem para nenhum outro. “Segui com os valores que já tinha. Deixei foi de usar os ‘ismos’”. Peo caminho deixou também “os sonhos”: “Nada se concretizou e não há saídas. Isto não é derrotismo, é o desencanto pelo que não se pode fazer. O que não quer dizer que não deva ser feito”.

“Paris era uma grande plataforma logística para o maoísmo europeu. Estavam lá as publicações, os cartazes, os panfletos, os jornais”
Fernando Rosas

← assim, os grupos distinguiam-se. A OCMLP, por exemplo, infiltrava gente no campesinato e no operariado, o que outros não faziam. Irene Pimentel esteve “numa fábrica de plásticos”: “Claro que fui posta fora”.

Para se infiltrarem, os membros dos partidos “tinham de inventar toda uma história. Havia reuniões de célula em que se discutia o que era feito nas fábricas”. Em organizações como a OCMLP, explica Cardina, “os estudantes universitários mudavam de identidade, arranjavam identificação falsa, um bigode e infiltravam-se”. Alguns, diz, “nunca voltaram”. Essa ênfase na clandestinidade e no ascetismo, contextualiza o historiador, é completamente chinesa: “a identificação com as massas, a crítica ao trabalho intelectual, a celebração do trabalho manual”.

Outros grupos, como o CMLP, trabalhavam na clandestinidade, no exterior, junto dos emigrantes. João Bernardo tem uma visão arrasadora deste trabalho: “Os emigrantes chegavam a Paris e nem sabiam distinguir os homens das mulheres porque eles tinham cabelos compridos e elas curtos. A última coisa que lhes interessava era levar o marxismo-leninismo à pátria, à qual não pretendiam voltar. Não tinham nenhuma razão para aderir ao discurso, iam às festas do comitê organizava”.

Outra das características destes partidos era o fenómeno de crítica e da auto-crítica, conta Irene Pimentel: “Havia uma culpabilização por não se ser da classe operária. Éramos criticados e tínhamos de fazer a auto-crítica. Chegava aos casos mais íntimos. Na minha célula discutiu-se por que razão uma mulher que se tinha divorciado se continuava a dar com o ex-marido. Nós, que a defendemos, éramos do comitê central e fomos para militantes de base”.

Pelas pessoas aqui citadas pode partir-se do princípio que estes movimentos eram constituídos por burgueses. Cardina discorda: “Diz-se que o MRPP era só meninos ricos. Em 70, 71, 72 muitos andavam na Faculdade de Direito, mas também têm outras origens, têm operários de material aeronáutico, gente dos TLP, das fábricas de Vila Franca”. “O maoísmo”, continua, “tinha apenas centenas de pessoas, mas tocou milhares por causa destes grupos sociais. E também das publicações”.

Já a história do maoísmo no pós-25 de Abril, afiança, está por fazer. Para João Bernardo, é uma forma de luta que “perdeu sentido. Nenhuma destas organizações se adaptou à discussão em democracia”. A maior parte das organizações desmembrou-se, restando apenas a UDP e o MRPP, que a breve trecho ficariam sem algumas das suas figuras fundamentais.

Palavra de Irene Pimentel: “Durante muito tempo eu não sabia o que fazer com a liberdade. Foi uma travessia do deserto”.